

DOCTRINA

ARTIGOS

Dívida ativa municipal

Agostinho do Nascimento Netto	9
I Apresentação	9
II Introdução	10
II.I Federalismo e federação	11
II.II Federalismo fiscal	12
III Fontes financeiro-fiscais tributárias e não tributárias municipais	13
III.I Fonte financeiro-fiscal – dívida ativa municipal	15
IV Dívida ativa.....	16
IV.I Conteúdo constitucional de dívida ativa	16
IV.II Definição financeiro legal de dívida ativa	17
IV.III Definição obrigacional de dívida ativa	18
IV.IV Definição e contornos processuais da dívida ativa	19
V Definição de dívida ativa municipal	20
VI Considerações críticas sobre medidas heterodoxas para tratamento da dívida ativa	21
VII Síntese conclusiva	22

A nova incidência de ICMS na extração de petróleo

Ricardo Lodi Ribeiro	25
I Introdução	25
II O fato gerador do ICMS na circulação de mercadorias	26
III Deslocamento do petróleo entre o ponto de medição e o estabelecimento produtor e a circulação de mercadorias.....	37
IV A extração de hidrocarbonetos e a aquisição originária	42
V A imunidade das operações interestaduais e a Lei nº 7.183/15.....	48
VI A extração de petróleo em águas marinhas.....	50
VII A base de cálculo arbitrária do art. 3º da Lei nº 7.183/15	55
VIII A tese da transferência de domínio e a imunidade recíproca.....	59
IX Conclusão	62

A modulação temporal dos efeitos das decisões no Superior Tribunal de Justiça

Fábio Martins de Andrade	65
1 Introdução	65
2 Arcabouço doutrinário.....	66
3 A experiência jurisprudencial: o Crédito-Prêmio do IPI	71
3.1 O precedente	72
3.2 Os votos	73
3.3 Interface com o Supremo Tribunal Federal.....	82
4 Desdobramentos subsequentes	86
4.1 No âmbito do Crédito-Prêmio do IPI	86
4.2 Em outras matérias.....	91
5 Conclusões	101
Referências	104

O imposto sobre serviços nas atividades de cartorárias e de registradores – Aspectos relevantes

José Hable, Astrogildo Miag Regis Barbosa, Jason Henrique Cares,

Nivaldo Pavanini Parra	107
1 Introdução	107
2 Novo perfil do serviço cartorário	108
3 Judicialização do ISS sobre atividades notariais e de registro	111
4 O julgamento da ADI nº 3.089-2/600/DF.....	112
5 Outras questões relevantes	114
6 Cobrança do ISS sobre fatos geradores anteriores à decisão do STF.....	115
7 O ISS sobre atividades notariais e de registro no Distrito Federal.....	115
8 Conclusão	117
Referências	118

Penalidades relativas a obrigações acessórias digitais: alguns apontamentos

Luciana Ibiapina Lira Aguiar	121
Introdução	121
1 Das obrigações acessórias digitais: características essenciais	122
2 Algumas questões relativas à aplicação do art. 57, da MP nº 2.158	124
2.a Da retroatividade benigna	126
2.b Dos parâmetros para a quantificação da penalidade por apresentação de declaração, demonstrativo ou escrituração digital com informações inexatas, incompletas ou omitidas.....	128
2.c Retificações de obrigações acessórias digitais	130
2.d Proporcionalidade e razoabilidade das multas relativas às obrigações acessórias digitais.....	134
3 Diferenças entre as hipóteses previstas no inc. III, do art. 57, da MP nº 2.158 e no inc. I, do art. 12, da Lei nº 8.218	136
4 Governança corporativa tributária	141
Considerações finais.....	143
Referências	145

Contribuição de melhoria, gestão urbanística e renúncia fiscal: discussões fundamentais em tempos de crise financeira no setor público

Cristiane Pires	147
1 Introdução	147
2 Breves considerações históricas	149
3 Contribuição de melhoria como espécie de tributo	150
3.1 Pressupostos específicos para instituição de uma contribuição de melhoria	153
4 Contribuição de melhoria e a sustentabilidade e eficácia do desenvolvimento urbanístico	155
4.1 Dos lindes jurídicos para o exercício da facultatividade de instituição e cobrança da contribuição de melhoria.....	158
4.2 Da responsabilização pela renúncia fiscal decorrente da não instituição de contribuição de melhoria pelo não cumprimento dos pressupostos legais	161
5 Conclusão	163
Referências	164

Limitações à extrafiscalidade aplicáveis ao Fator Acidentário de Prevenção – FAP

Daniel de Magalhães Pimenta	167
1 Introdução: FAP e suas raízes extrafiscais.....	167

2	Limitações à extrafiscalidade segundo a doutrina	171
2.1	A classificação dos limites por Marciano Seabra de Godoi	171
2.2	A classificação abrangente de Marcus de Freitas Gouvêa	174
3	FAP em face dos limites extrafiscais definidos na ordem constitucional econômica e tributária	178
3.1	Limites da ordem tributária relevantes	178
3.2	Limites da ordem econômica e demais ramos relevantes	186
4	Conclusões	190
	Referências	191